



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de maio de 2025 foram visados 100 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), no valor global de cerca de 699,1 milhões de euros, não tendo existido nenhuma recusa de visto. Em termos acumulados, já foram visados 591 contratos até maio, e foram recusados apenas 6 contratos.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE MAIO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	38	13,52	297 250 428,17	42,52
Visto com Recomendações	49	17,44	357 046 743,23	51,07
Declaração de Conformidade Homologada	13	4,63	35 495 186,90	5,08
Recusa de Visto	0	0,00	0,00	0,00
Outras extinções da instância (*)	181	64,41		
TOTAL DE DECISÕES	281	100	699 121 476,85	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2025

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	267	20,65	2 226 207 527,20	58,25
Visto com Recomendações	224	17,32	1 359 572 654,22	35,59
Declaração de Conformidade Homologada	100	7,73	214 917 883,69	5,63
Recusa de Visto	6	0,46	8 297 797,38	0,22
Outras extinções da instância (*)	696	53,83		
TOTAL DE DECISÕES	1293	100	3 819 572 981,03	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão